



Sindsep-PE inicia encontros setoriais, começando com civis do Ministério da Defesa

◊ Página 3

Entrevista esclarecedora sobre a Comissão da Verdade

◊ Páginas 4 e 5



Sindsep-PE comemora 22 anos em grande estilo

◊ Página 12



Atividades culturais no Dia do Trabalhador

O evento foi realizado pela CUT Pernambuco. Houve apresentações culturais com recado político

Este ano, a CUT Pernambuco lembrou o Dia do Trabalhador de uma forma lúdica. O ato público, realizado no dia 29 de abril, na rua Sete de Setembro, no Centro do Recife, contou com a apresentação dos grupos de teatro TV Sindical, que falou da importância de a classe trabalhadora lutar pelos seus direitos; e do Teatro Popular da Mustardinha, que retratou situações cotidianas dos trabalhadores, mesclando cultura popular e história, tendo o teatro como uma forma de libertação.

Quem passava pelo local aprovou a iniciativa. "As apresentações teatrais foram engraçadas e ao mesmo tempo têm tudo a ver com o nosso dia a dia", contou, empolgada, a teleatendente Isadora Pontes. Além da participação da população, os



COMEMORAÇÃO Depois da apresentação cultural, sindicalistas deixaram a mensagem política

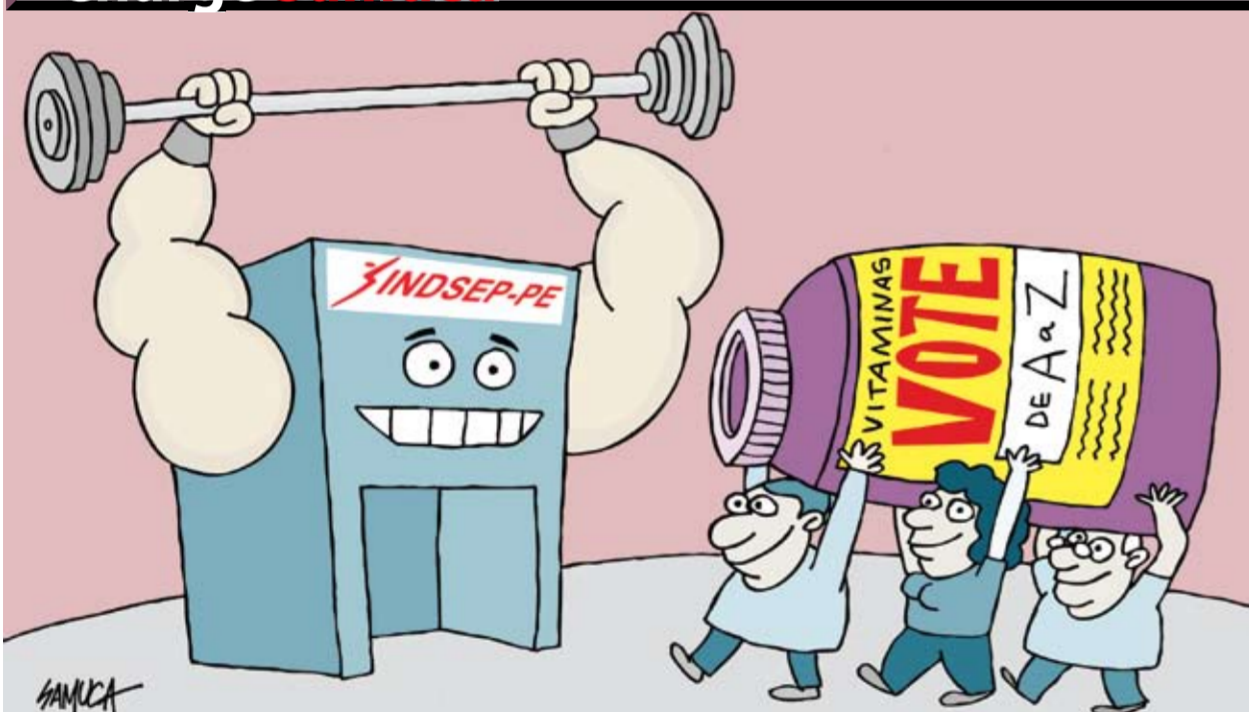
movimentos sindical, social e estudantil estiveram presentes em peso, em uma demonstração de força e unidade. Terminadas as apresentações culturais foi a vez de o movimento sindical deixar seu recado político.

E dentro da pauta política,

o 1º de Maio da CUT deste ano girou em torno da luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. "Não podemos esquecer essa data tão significativa para todos os trabalhadores, pois muitas pessoas já morreram por nós na busca

de melhores condições de trabalho. Se hoje temos algumas garantias isso se deve a todos os companheiros que tiveram que sacrificar a sua vida", pontuou o coordenador geral do Sindsep e presidente estadual da CUT, Sérgio Goiana.

Charge Samuca



Frases

“ Votar é um ato de cidadania. E não seria diferente numa eleição sindical. É de extrema importância o eleitor se posicionar, seja para reprovar ou aprovar as candidaturas postas ”

Sérgio Goiana, coordenador geral da CUT, sobre a eleição da nova diretoria do Sindsep-PE, que acontece no início de junho

Editorial

O futuro do Sindsep-PE em jogo

Nos dias 6, 7 e 8 de junho o Sindsep-PE realiza eleições para escolha de sua nova direção, que ficará à frente da entidade no triênio 2011/2014. Um momento decisivo para os servidores federais em Pernambuco. Pois será através do voto consciente dos quase 13 mil filiados que serão traçados os rumos do sindicato para os próximos anos.

Como sempre pautou sua história, o Sindsep vem conduzindo o processo eleitoral com lisura e de forma transparente. No início de maio, publicou editais no jornal Folha de Pernambuco e, no último dia 10, elegeu a Comissão Eleitoral responsável pela execução de todo o processo, desde a inscrição de

chapas até a apuração dos votos. O Sindsep é uma entidade com 22 anos de tradição, sempre trilhando a bandeira da ética e da combatividade, o que o faz um dos maiores e mais importantes sindicatos, não só de Pernambuco como do Brasil. Uma grande responsabilidade para quem comanda a entidade e uma responsabilidade ainda maior para os eleitores que vão escolher quem merece e tem credibilidade para estar à frente da luta dos servidores federais em Pernambuco.

Apenas uma chapa foi inscrita, a Trabalho e Participação, formada pelo mesmo grupo que hoje compõe a direção do Sindsep-PE. Mesmo tendo apenas uma

chapa é necessário e importante que o servidor vá ao seu órgão de origem e vote. O voto é algo precioso e todo cidadão deve exercer esse gesto, seja para referendar ou reprovar algum projeto. Por isso, não deixe de comparecer aos locais de votação nos dias 6, 7 e 8 de junho e faça valer sua vontade nas urnas.

Acompanhe pelos informativos do Sindsep o roteiro das urnas e não se esqueça de levar um documento com foto para votar. Em não se conseguindo o quorum necessário nesses três dias de votação, a eleição será decidida em segundo escrutínio, marcado para os dias 20, 21 e 22 de junho.

Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67 - Boa Vista
CEP 50.050-200 - Recife - PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenador Geral - Sérgio Goiana
Secretária Geral - Graça Oliveira
Diretoria de Imprensa
Fernando Antônio de Lima,
e Jemuel Nunes

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça (DRT-2506)
Texto
Fabiola Mendonça,
Deyse Lemos (DRT-3909)
e Nathalia Beserra (estagiária)
Revisão
Mª de Lourdes S. Maior Araujo
Fotos
Arquivo SINDSEP - PE, Condsef e João Carlos Mazella
Projeto gráfico e diagramação
Karia Tendório (DRT-2468) fone: 9291.3273
Impressão CCS Gráfica e Editora
fone: 3459.0000
Tiragem - 16.000 exemplares

Encontro reúne servidores civis do Ministério da Defesa

O evento, promovido pelo Sindsep, contou com a participação de cerca de 60 servidores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica

De 12 a 14 de maio, a direção do Sindsep-PE, através da Secretaria de Formação, realizou o IV Encontro dos Trabalhadores Civis dos Comandos do Ministério da Defesa (Exército, Marinha e Aeronáutica). Além dos servidores participantes do evento, a cerimônia de abertura contou com a participação do diretor de Organização da CUT-PE, Antônio Bernardino; do capitão-tenente da Marinha, Ronaldo Beco, e do servidor Artur Libório, representante do Exército.

O encontro começou com a diretora de Formação do Sindsep-PE, Elna Melo, explicando como seria a programação e o objetivo do evento. A ideia foi explorar o ambiente institucional para que os trabalhadores pudessem imergir no órgão, buscando melhorias e compreendendo intensamente a sua dinâmica. Logo depois, os servidores seguiram para o Viver Hotel Fazenda, localizado no município de Moreno, que sediou os outros dias do encontro. Cerca de 60 pessoas participaram da atividade, que também teve o caráter de oficina.

Já instalados no Hotel, à tarde, o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, deu continuidade aos trabalhos, ressaltando a importância dos servidores que representam o Ministério da Defesa. Os participantes também foram informados sobre a necessidade de reposição de servido-



SOLENIDADE A abertura do evento contou com representantes dos comandos da Marinha e do Exército

res, através de concurso público. O coordenador repassou, ainda, os informes da pauta de reivindicações do funcionalismo.

DIFICULDADE

No segundo dia, o assessor de Formação do Sindsep-PE, Joelson Passos, continuou com atividades em grupo. "Nos últimos anos, o sistema capitalista trouxe graves consequências para o trabalhador. Explicamos quais meios e práticas o servidor deve ter para uma contribuição mais efetiva dentro dos seus órgãos", salientou Joelson.

Para a servidora do Comando da Aeronáutica, Ana Barbosa, o encontro serviu para esclarecer as dúvidas, sendo importante porque reunirá os servidores em torno de uma meta coletiva.

"A dificuldade para se trabalhar junto aos Comandos Militares é uma reclamação nossa. Entrar em contato com outros colegas que passam pelas mesmas dificuldades é de extrema

importância. Essa é uma questão que está sendo debatida e esse debate levará a uma solução", disse, otimista, Ana.

No terceiro e último dia do evento, a aposentada Maria Pereira - representante do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep -, ao passar sua mensagem espiritual, fez com que os presentes tivessem um momento de reflexão. Depois, os servidores de cada órgão se reuniram novamente para, juntos, mostrarem suas reclamações e suas propostas.

"A Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm vários problemas para serem resolvidos. Esse encontro foi importante para a direção do Sindsep saber das nossas demandas, porque a partir do momento em que o sindicato estiver dentro do nosso Comando, os problemas vão ser resolvidos com maior rapidez, as conversas vão fluir e as coisas vão acontecer", salientou Andréia Silva, servidora da Marinha.

Depoimentos

“ O que nos frustra profissionalmente é estar sempre subordinados a um Oficial, que muitas vezes não tem a nossa especialidade ”

Ana Barbosa, servidora da Aeronáutica

“ Às vezes algumas regras são quebradas dentro dos comandos, porque os militares acham que a gente tem que ser regido pelo sistema deles ”

Ricardo Rocha, servidor da Aeronáutica e diretor do Sindsep

“ As dificuldades para desenvolver nossas competências junto aos Comandos Militares são inúmeras, então esse encontro foi muito importante porque pudemos discutir isso com outros colegas ”

Maria da Guia, servidora da Marinha

“ O encontro foi muito bom. As palestras tiveram qualidade e no final os grupos chegaram a um consenso ”

Andréia Silva, servidora da Marinha

“ O encontro foi bom porque discutimos as principais demandas do setor. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm problemas para ser resolvidos e a gente vai começar a lutar para que isso aconteça ”

Geraldo Paiva, servidor do Exército

Encontro deve estreitar relação

O IV Encontro dos Trabalhadores dos Comandos do Ministério da Defesa já estava na programação da direção do Sindsep há algum tempo. Historicamente, o sindicato tem dificuldades de realizar eventos nos locais de trabalho, por serem unidades militares. Para a direção do Sindsep esse tipo de evento serve para mostrar que a entidade tem um trabalho voltado para os seus filiados. A diretora de Formação do Sindsep-PE, Elna Melo, que coordenou o evento, esclareceu que é um momento histórico para o sindicato, onde a entidade conseguiu ultrapassar barreiras e diálogos.

"O destaque que podemos fazer é que ressurge entre os trabalhadores, o que é uma luta do Sindsep, o resgate das organizações por local de trabalho. Cada segmento apontou a forma, a importância e a necessidade em organizar esses trabalhadores e que essa conformação permitirá resolver questões, fortalecer



ELNA "Resgate da organização"

cada estrutura administrativa civil dos comandos e superar dificuldades que eles entenderam ser possíveis de superação", salientou Elna.

A diretora de formação acrescenta que o encontro deverá

proporcionar novas perspectivas, com novas proposições e relações pessoais. "A organização dos trabalhadores está sendo estabelecida e espera-se que essas organizações continuem", destacou Elna. "A partir do momento em que o sindicato reúne as lideranças, significa para estamos prontos para fortalecer a luta, a pauta de reivindicações, com melhorias das condições de trabalho", complementou Sérgio Goiana.

"Tenho certeza que os servidores dos três comandos saíram com uma visão diferenciada daquela que aqui chegaram", avaliou Joelson Passos, que já se programa para novos encontros de servidores nos mesmos moldes deste do Ministério da Defesa. Para o segundo semestre, estão previstos encontros setoriais com servidores do Inca, do Ministério do Trabalho e do setor da educação, incluindo universidades e institutos federais de educação.

Entrevista: Fabiana Malha - Pesquisadora da Universidade Federal Fluminense

“A Comissão da Verdade agrega esforços na luta pela democracia e pelos direitos humanos”

Período obscuro da recente História do Brasil, o regime militar - que se instalou com o golpe de 1964 e perdurou até 1985 - está prestes a ser passado a limpo. Informações sobre torturas, assassinatos, perseguições e ocultação de cadáveres de militantes de esquerdas podem ser passadas a limpo com a implantação da Comissão da Verdade, prevista para ser instalada ainda este ano. Para falar sobre este assunto - que por sinal tem gerando muita polêmica - o Sindsep-PE entrevistou a doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora na área de História do Direito e de relações de gênero, Fabiana Malha.

GARRA - Qualquer debate que se levante acerca do Golpe de 64 no Brasil que envolva os militares é sempre uma grande polêmica. Não seria diferente com a proposta da implantação da Comissão da Verdade. Mas o que é a Comissão da Verdade?

FABIANA MALHA - A Comissão Nacional da Verdade é um Projeto de Lei em processo de debate datado ainda do governo Lula e levado a cabo com destaque pelo recém constituído governo da presidenta Dilma Rousseff, que tem buscado colocar a discussão acerca dos direitos humanos no centro da agenda, tanto em sua política interna quanto externa. Aqui devemos chamar a atenção para o empenho da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, em concretizar a aprovação da Comissão ainda neste primeiro semestre de 2011, a partir do argumento que esta deva ser uma questão de Estado e não de governo. Tal Comissão tem como finalidade, da maneira como está exposta no Projeto, examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período do governo ditatorial, conforme o estabelecido no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo como objetivo “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Art. 1º, Projeto de lei/Comissão Nacional da Verdade).

GARRA - Em que pé está a discussão da Comissão no Congresso Nacional e como será a atuação dela?

FABIANA - Temos assistido a uma intensa movimentação no Congresso Nacional acerca da votação da aprovação da Comissão Nacional da Verdade. A ministra vem se reunindo com lideranças, inclusive da oposição, a fim de assegurar que a aprovação da Comissão não avance para o segundo semestre. O esforço tem sido no sentido de levar adiante a discussão nos diferentes partidos e que, a partir daí, o projeto possa ser votado. Alguns líderes consideram que, da maneira como a discussão está ocorrendo, a votação em breve possa aconte-



“A Comissão da Verdade é de interesse de todos os que prezam pela História do nosso país, contada a partir de documentos e testemunhos, não somente a partir do interesse particular de uma determinada corrente”

cer contrariamente ao período anterior, ainda no governo Lula, onde um acirramento dos lados contribuía para o atraso em sua votação. A Comissão Nacional da Verdade pretende ser composta de forma pluralista, a partir da designação pela presidenta da República de sete membros, entre brasileiros identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional e o respeito aos direitos humanos. Sua atuação será no sentido de esclarecer os fatos e circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos; promover o esclarecimento dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos, ocultações de cadáveres ainda

que ocorridos no exterior; identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; colaborar com as instâncias de poder público para apuração de violação de direitos humanos; recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos e, finalmente, promover a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, com isso colaborando para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

GARRA - Desde 1974 que um militante de esquerda pernambucano, Fernando Santa Cruz, está desaparecido. A mãe dele, já bem velhinha, chegou a pedir ao então presidente Lula que se apossasse na implantação da Comissão da Verdade, no sentido de ela saber, antes de morrer, do paradeiro do filho. A Comissão vai desvendar esse mistério e outros que envolvam desaparecidos políticos?

FABIANA - Militante do movimento estudantil, Fernando Augusto de Santa Cruz é um

símbolo da resistência contra a ditadura militar no Brasil. Vemos a luta diária e incansável de sua mãe Elzita Santa Cruz, hoje com 97 anos, por notícias do seu quinto filho usurpado de sua convivência pelos organismos do então governo ditatorial brasileiro. Registro aqui que a luta de Fernando Santa Cruz ainda hoje está presente nos meios acadêmicos, em especial no curso de Direito da Unicap/PE e na UFF/RJ que possuem o nome emblemático do militante em seus Diretórios Acadêmicos. Elzita representa hoje a luta de muitas outras mães, esposas, irmãs e filhas de desaparecidos que incansavelmente lutam diariamente pelo esclarecimento de tudo o que se passou em nosso país nesses anos de obscurantismo. Essa é uma luta pela abertura de arquivos da repressão política, pela responsabilização dos culpados pelas violações dos direitos humanos e pelo esclarecimento das circunstâncias em que se deram as mortes e desaparecimentos de militantes políticos. Neste sentido, as atribuições da Comissão Nacional da Verdade se colocam como instrumento capaz de agregar esforços na luta pela democracia e pelos direitos humanos em nosso país. Destaco aqui que são atribuições da Comissão receber testemunhos, informações, dados e documentos encaminhados voluntariamente, com a não identificação assegurada. Ademais, é atribuição da Comissão: requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em vários graus de sigilo; convocar para entrevistas ou testemunhos pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências, além de promover audiências públicas, promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais e internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos.

GARRA - A Comissão da Verdade vai colocar em relevo apenas crimes praticados por militares ou vai analisar também a atuação dos militantes?

FABIANA - Esse é um debate acalorado que identifica com facilidade partidários de uma ou outra concepção, ou seja, essa é uma questão que vem sendo utilizada para que favoráveis e contrários sejam posicionados. No entanto, devemos aqui destacar o papel da Comissão em assegurar o reconhecimento da memória e da verdade como direito humano da cidadania como atribuição do Estado. Desse modo,



DONA ELZITA
Lembranças do filho Fernando Santa Cruz, desaparecido político

devemos nos ater ao seu objetivo de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil nos anos da ditadura como resposta a uma demanda histórica da sociedade brasileira. Deixar que a discussão acerca da aprovação da Comissão Nacional da Verdade se transforme em uma queda de braços político-partidária é abrir mão não só de responder aos gritos dos incansáveis lutadores que diariamente sofrem com a ausência de seus familiares, mas também é abrir mão de uma tentativa de compreensão do nosso passado de violações de direitos humanos como uma forma de fazer com que tais atrocidades não venham, mais uma vez, colocar em risco a nossa democracia. Podemos aqui citar, como exemplo, outras comissões que, de alguma maneira, colaboraram para o processo de construção dessa Comissão da Verdade. Assim, cito a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, criada pela Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995, com o objetivo de reparar as famílias de uma lista inicial de 136 pessoas e julgar outros casos apresentados para seu exame, além de empreender esforços na localização de restos mortais de pessoas desaparecidas. Tal Comissão teve como elemento identificador o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de opositores ao regime instalado a partir de 1964. Também a Comissão de Anistia a partir da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, no âmbito do Ministério da Justiça, teve como finalidade examinar os requerimentos de reparação econômica, de caráter indenizatório, aos anistiados políticos que sofreram prejuízos em razão de perseguições políticas, no período de 1946 a 1988. Lembremos que até 2009 foram julgados mais de 54.803 processos. Assinalo ainda a existência do Projeto de Lei 5.228, de 2009, enviado ao Congresso Nacional. Conhecido como Projeto de Lei de Acesso à Informação, seu texto contempla a previsão do artigo 19 da Declaração Uni-

versal dos Direitos Humanos, ao garantir maior transparência à administração pública e reduzir a restrição de acesso a informações, com o objetivo de viabilizar o exercício pleno da cidadania.

GARRA - Além de revelar fatos até hoje obscuros, a Comissão terá o papel de julgar os torturadores e assassinos?

FABIANA - Sobre a possibilidade de a Comissão Nacional da Verdade exercer o papel jurisdicional, podemos observar tal como está no Projeto de Lei Art. 4º, inciso VIII, § 4º: “As atividades da Comissão Nacional da Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório.” Dessa forma, a sua finalidade primeira é examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo como objetivo efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Ao final de dois anos de atuação, tal Comissão deverá apresentar um relatório fornecendo todas as informações obtidas que possam auxiliar na identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, colaborando com as instâncias do Poder Público para a apuração de violação de direitos humanos, recomendando a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violações de direitos humanos e colaborar para que seja prestada a assistência às vítimas de tais violações. Com isso, devemos enfatizar o caráter voluntário que deve estar presente nos testemunhos prestados à Comissão, nos documentos a ela encaminhados, bem como a não identificação do depoente. Além disso, no Art. 4º, inciso VIII, § 2º encontramos a previsão de que “os dados, documentos e informações sigilosas fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo”. Dessa forma, o que está enfatizado na Comissão é o seu caráter de resgate dos fatos históricos e composição da memória do nosso país num período ainda pouco

conhecido pelos brasileiros, além do caráter de esclarecimento aos familiares dos que tiveram suas vidas usurpadas por forças do então governo ditatorial.

GARRA - É possível essa Comissão já nascer morta, ser esvaziada e boicotada?

FABIANA - Torço para que isso não aconteça. Trata-se de um passo fundamental no processo de fortalecimento do Estado democrático de direito no Brasil. Lembremos que tais comissões aqui já citadas nascem de uma demanda real da sociedade brasileira, dos que clamam para que os fatos sejam esclarecidos e dos que esperam não mais poder presenciar situações deste tipo. Gostaria de lembrar aqui um dos pontos que, para mim, pode contribuir para que a Comissão tenha sucesso em seu trabalho: trata-se do seu objetivo de recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos, assegurando sua não repetição através desse processo de retomada de um momento ainda obscuro da nossa História através de documentos e testemunhos. Deixar que disputas partidárias e lutas políticas esvaziem o papel da Comissão será abrir mão da possibilidade de promover a tão falada reconciliação de todos nós, brasileiros, com o nosso passado.

GARRA - Circulam informações, inclusive, que muitos documentos da época já não existem mais. O que garante que a verdade realmente virá à tona com a implantação da Comissão?

FABIANA - Não se trata de garantir que a “verdade venha à tona”, mas de viabilizar a possibilidade de que uma memória seja construída sobre um momento histórico que até aqui sofre com as lacunas existentes, justamente pela inexistência de acesso irrestrito a documentos da época. O que deve nortear a Comissão não é a possibilidade de escrever a verdade, mas sim a oportunidade de resgate através de documentos do nosso passado, tendo como objetivo o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas e a tentativa de expurgar da nossa sociedade tais atrocidades, contribuindo para que medidas e políticas públicas sejam adotadas no sentido de que outras violações desse tipo não ocorram. Chamo a atenção ainda para o fato de a Comissão ter o poder de requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo, como está previsto no Projeto de Lei.

GARRA - Países como Chile, Argentina e Uruguai implantaram comissões semelhantes em seus países, com poder, inclusive, para julgar os torturadores e assassinos. Por que se avançou nesses países e no Brasil se enfrenta tanta dificuldade para se passar a História a limpo?

FABIANA - Sinalizo que o número de comissões existentes no mundo com este mesmo caráter já ultrapassou o número de 30, em contextos de transição

política, superação de conflitos armados e ditaduras, sempre com o objetivo de promoção da “reconciliação nacional”. Aponto aqui que não fico muito à vontade com o uso da denominação “reconciliação nacional”, até porque não sei até que ponto acreditar que é possível resgatar um período de conciliação nacional, ou mesmo acreditar que este período já existiu, ou ainda crer que este pode ser benéfico para o nosso país. Entretanto, penso que o nosso foco deva estar na possibilidade de revelar documentos ainda desconhecidos que possam colaborar com uma melhor compreensão sobre o nosso passado de violações de direitos humanos. Um dos exemplos mais marcantes é o da África do Sul, com a chamada *Truth and Reconciliation Commission*, que tem o dever de apurar violações de direitos humanos ocorridas no período do *Apartheid*, buscando indenizações e instauração de processos de anistia. Nesse caso da África do Sul, ganhou destaque a figura do arcebispo anglicano Desmond Tutu na função de presidente de tal comissão. Ganhador do Prêmio Nobel da Paz, uma quase unanimidade nacional e respeitado internacionalmente, Tutu desempenhou papel fundamental na execução dos trabalhos de tal Comissão. No Brasil, penso que devemos valorizar o fato de, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, estarmos avançando no que diz respeito à construção e valorização dos direitos humanos em nosso país. Dessa forma, não se trata de avaliar o tamanho dos avanços que temos feito, mas sim, de valorizar o movimento de avanço e consolidação da democracia no Brasil. Temos assistido a uma disputa ferrenha de forças para que a democracia saia vitoriosa, não se trata de um estágio que esteja garantido ou acabado, mas sim que necessita que seja diariamente conquistado e, para isso, é preciso que mais brasileiros tomem parte nisso e que queiram fazer valer sua fala no debate que hoje se coloca acerca, por exemplo, da votação pela aprovação da Comissão da Verdade.



“O que está enfatizado na Comissão é o seu caráter de resgate dos fatos históricos e composição da memória do nosso país”



19 de abril

No dia em que se comemorava o Dia do Índio, uma comitiva formada por alguns diretores do Sindsep-PE pegou a estrada e seguiu para a Zona da Mata Sul para divulgar a campanha salarial dos servidores federais. Pela manhã, foi realizada uma assembleia no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IF), campus Barreiros. Os servidores se queixaram do quadro de pessoal. Eles alegaram que muitos dos novos concursados são rapidamente transferidos para outras unidades, deixando uma lacuna no órgão.

A nutricionista Tânia Melo questionou o valor pago pela titularidade dos técnicos administrativos de nível superior: "Nosso mestrado vale menos que o do professor?" O coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, explicou que a luta do sindicato, assim como a da Condsef e da CUT, é por uma economia no serviço público para evitar justamente essa disparidade.

À tarde, foi a vez da caravana do sindicato passar pela cidade de Tamandaré, onde há uma unidade do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio/Tamandaré). O que se viu lá foi um conflito institucional, proveniente do desmembramento do Ibama que resultou na criação do órgão. Os servidores contam que o ICMBio está esvaziado e sem investimentos. Durante a assembleia, a representante sindical de base, Maria Ademilde Lopes, conhecida como Midinha, deu os informes específicos sobre uma nova reestruturação do Ibama. Ela explicou que seria retirada, do nome do órgão, a expressão: recursos naturais e renováveis. O Ibama também não seria mais responsável por pesquisas.



Sindsep-PE pega a estrada e leva campanha salarial para o interior do Estado

No segundo mês de assembleias sobre a campanha salarial, o Sindsep-PE priorizou os municípios do interior do Estado. Foram percorridas dez cidades, entre a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão. Algumas das assembleias marcadas para maio precisaram ser canceladas por conta das chuvas e devido ao processo eleitoral no Sindsep. Em breve, estes e outros municípios receberão a visita da direção do sindicato. Confira a seguir, o panorama das assembleias realizadas no final de abril e em maio.



20 de abril

Um dia depois de se reunir na Mata Sul, o coordenador do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, realizou uma assembleia na Estação Experimental da Cana de Açúcar, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), campus Carpina. No órgão existem muitos ex-anistiados do Governo Collor. Essas pessoas trabalhavam no extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ou no Ministério da Integração e foram demitidas no início dos anos 1990. Agora, ao retornarem ao serviço público, estão se sentindo discriminados porque antes eram estatutários e hoje são celetistas. Além disso, os ex-anistiados também reivindicam um melhor enquadramento nas tabelas salariais. Durante a assembleia, Sérgio Goiana tirou algumas dúvidas sobre aposentadorias. Quando foi questionado sobre o andamento de alguns processos judiciais, explicou que o sindicato defende veementemente o direito dos servidores, mas que, infelizmente, o Judiciário é lento e essa lentidão foge do domínio do sindicato.



2 de maio

Depois de passar pela Zona da Mata, a caravana do Sindsep-PE seguiu para o Sertão. Na manhã do dia 2 de maio, os servidores da Funasa Petrolina lotaram o Sesi da cidade para acompanhar os eixos da pauta de reivindicações do funcionalismo público. O coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, explicou os eixos da campanha salarial. Ao final, um assunto chamou a atenção dos servidores do órgão: a falta de médicos credenciados do Capesauúde, em Petrolina. "A maioria dos médicos de Petrolina não atende pelo Capesauúde. Se precisar de um médico, teremos que nos deslocar até Recife, porque nem nas outras cidades têm médico", reclamou a servidora da Funasa, Loide Teixeira. À tarde, a assembleia foi realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Petrolina. Durante a assembleia, Eduvaldo Silva perguntou ao coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, o motivo dos servidores do Incra terem ficado de fora do reajuste salarial. Sergio esclareceu que os órgãos que conseguiram se mobilizar, reivindicando direitos, obtiveram um espaço maior na discussão com o governo sobre a questão salarial.



3 de maio

A romaria por Petrolina continuou no dia 3 de maio. Duas assembleias foram realizadas no município, ambas para os servidores do Instituto Federal de Educação e Tecnologia (IF Sertão-PE). A primeira foi no Campus Zona Rural e a outra no Campus Petrolina. Nas duas, houve apresentação do grupo teatral TV Sindical. Em seguida, os informes e os eixos da campanha salarial foram apresentados pelo coordenador do Sindsep-PE, Sérgio Goiana. Depois, o diretor territorial de base, Paulo Batista, informou aos servidores do Instituto sobre o andamento de alguns processos na Justiça. Outro tema bastante discutido foi a questão do não pagamento do auxílio transporte em algumas unidades do órgão. Por lei, o pagamento do benefício só deve ser feito nos locais onde há transporte coletivo, mas, como não há transporte coletivo em todas as cidades do interior, alguns servidores usam seu próprio veículo e gostariam de ser ressarcidos por isso. "A orientação do sindicato é para que haja uma mudança na legislação atual, levando em consideração os municípios que não têm transporte coletivo legalizado", enfatizou Paulo.



5 de maio

A direção do Sindsep realizou, no dia 5 de maio, assembleias nas cidades de Salgueiro e Serra Talhada. Nas duas ocasiões, havia servidores da Funasa, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Sudene e Receita Federal. O coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, iniciou as assembleias chamando os atores da TV Sindical para fazerem uma apresentação bem humorada sobre as principais reivindicações do funcionalismo. Além das reclamações por melhores condições de trabalho e salários, os servidores que compareceram às assembleias questionaram a direção do sindicato sobre o Decreto Nº 7.133, de 19 de março de 2010. Esse decreto regulamenta os critérios e procedimentos para a realização das avaliações de desempenho. "O sindicato é contra o processo de avaliação do jeito que está. Já entregamos uma peça para pressionar o Governo para que reveja esse decreto", respondeu Sérgio Goiana.



4 de maio

"Os carros da Funasa estão sucateados". "Nosso salário está defasado". "A estrutura para trabalhar é precária". "Os processos na Justiça não andam". Essas foram algumas das reclamações dos servidores nas assembleias realizadas no dia 4 de maio, pela diretoria do Sindsep nas cidades de Ouricuri, Araripina e Exu. Segundo o diretor do Sindsep-PE, José Felipe, as queixas acontecem devido ao descaso das entidades governamentais com os servidores nesses últimos anos. "O sindicato está fazendo o seu papel, que é lutar por melhores condições de trabalho e salários, mas só com mobilização e organização vamos conseguir pressionar o governo para cumprir os acordos", enfatizou Felipe.



16 de maio

A última assembleia de maio da campanha salarial foi em Arcoverde, no dia 16. Os servidores dos ministérios da Saúde, da Agricultura e dos Transportes, receberam informações sobre os eixos da campanha salarial 2011. A assembleia foi dividida em três momentos. No primeiro, aconteceu a apresentação do grupo teatral TV Sindical com uma crítica sobre os cortes no orçamento realizado pelo governo. Depois, o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, apresentou a pauta. Em seguida, o diretor José Felipe repassou a pauta setorial do Ministério da Saúde. O diretor territorial de base, Givaldo Macedo, aproveitou a ocasião para informar que estava deixando a direção do sindicato, destacando que os demais companheiros vão continuar a luta por melhores condições de trabalho. Por fim, houve um almoço político em comemoração aos 22 anos do Sindsep-PE.

Servidores negociam pauta da campanha salarial com o governo

Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE

REMUNERAÇÃO ATUAL		REMUNERAÇÃO PROPOSTA VB + GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO					% AUMENTO				
Nível Superior		2011									
CL	PAD TOTAL 60 PONTOS	TOTAL 30 PONTOS	VB	GRAT 100	TOTAL ATIVO	GRAT 50	TOTAL APOSENTADO	ATIVO	APOSENTADO		
	80%	30%									
S	III	2.930,04	2.055,04	3.383,00	2.267,00	5.650,00	1.133,50	4.516,50	92,83%	119,78%	
	II	2.835,45	1.960,45	3.290,86	2.223,00	5.513,86	1.111,50	4.402,36	94,46%	124,56%	
	I	2.745,34	1.830,34	3.201,23	2.179,00	5.380,23	1.089,50	4.290,73	95,98%	129,41%	
C	VI	2.670,28	1.830,28	3.107,99	2.140,00	5.247,99	1.070,00	4.177,99	96,53%	128,27%	
	V	2.633,67	1.793,67	3.023,34	2.098,00	5.121,34	1.049,00	4.072,34	94,46%	127,04%	
	IV	2.598,28	1.758,28	2.940,99	2.057,00	4.997,99	1.028,50	3.969,49	92,36%	125,76%	
	III	2.563,91	1.723,91	2.860,89	2.017,00	4.877,89	1.008,50	3.869,39	90,25%	124,45%	
	II	2.530,55	1.690,55	2.782,97	1.977,00	4.759,97	988,50	3.771,47	88,10%	123,09%	
	I	2.498,16	1.658,16	2.707,17	1.938,00	4.645,17	969,00	3.676,17	85,94%	121,70%	
B	VI	2.426,72	1.611,72	2.628,32	1.891,00	4.519,32	945,50	3.573,82	86,23%	121,74%	
	V	2.396,20	1.581,20	2.556,73	1.854,00	4.410,73	927,00	3.483,73	84,07%	120,32%	
	IV	2.366,56	1.551,56	2.487,09	1.818,00	4.305,09	909,00	3.396,09	81,91%	118,88%	
	III	2.351,87	1.536,87	2.419,35	1.782,00	4.201,35	891,00	3.310,35	78,64%	115,40%	
	II	2.351,87	1.536,87	2.353,45	1.747,00	4.100,45	873,50	3.226,95	74,35%	109,97%	
	I	2.351,87	1.536,87	2.289,35	1.713,00	4.002,35	856,50	3.145,85	70,18%	104,69%	
A	V	2.327,87	1.527,87	2.222,67	1.671,00	3.893,67	835,50	3.058,17	67,26%	100,16%	
	IV	2.327,87	1.527,87	2.162,13	1.638,00	3.800,13	819,00	2.981,13	63,24%	95,12%	
	III	2.327,87	1.527,87	2.103,24	1.606,00	3.709,24	803,00	2.906,24	59,34%	90,22%	
	II	2.327,87	1.527,87	2.045,95	1.575,00	3.620,95	787,50	2.833,45	55,55%	85,45%	
	I	2.327,87	1.527,87	1.990,22	1.544,00	3.534,22	772,00	2.762,22	51,82%	80,79%	
Nível Intermediário											
CL	PAD TOTAL 60 PONTOS	TOTAL 30 PONTOS	VB	GRAT 100	TOTAL ATIVO	GRAT 50	TOTAL APOSENTADO	ATIVO	APOSENTADO		
	80%	30%									
S	III	1.946,41	1.396,41	1.923,11	983,00	2.906,11	491,50	2.414,61	49,31%	72,92%	
	II	1.927,87	1.377,87	1.904,07	968,00	2.872,07	484,00	2.388,07	48,98%	73,32%	
	I	1.927,87	1.377,87	1.885,22	954,00	2.839,22	477,00	2.362,22	47,27%	71,44%	
C	VI	1.847,87	1.347,87	1.857,36	935,00	2.792,36	467,50	2.324,86	51,11%	72,48%	
	V	1.847,87	1.347,87	1.838,97	921,00	2.759,97	460,50	2.299,47	49,36%	70,60%	
	IV	1.847,87	1.347,87	1.820,76	907,00	2.727,76	453,50	2.274,26	47,62%	68,73%	
	III	1.847,87	1.347,87	1.802,73	894,00	2.696,73	447,00	2.249,73	45,94%	66,91%	
	II	1.847,87	1.347,87	1.784,88	881,00	2.665,88	440,50	2.225,38	44,27%	65,10%	
	I	1.847,87	1.347,87	1.767,21	868,00	2.635,21	434,00	2.201,21	42,61%	63,31%	
B	VI	1.823,87	1.338,87	1.741,09	851,00	2.592,09	425,50	2.166,59	42,12%	61,82%	
	V	1.823,87	1.338,87	1.723,85	838,00	2.561,85	419,00	2.142,85	40,46%	60,05%	
	IV	1.823,87	1.338,87	1.706,78	826,00	2.532,78	413,00	2.119,78	38,87%	58,33%	
	III	1.823,87	1.338,87	1.689,88	814,00	2.503,88	407,00	2.096,88	37,28%	56,62%	
	II	1.823,87	1.338,87	1.673,15	802,00	2.475,15	401,00	2.074,15	35,71%	54,92%	
	I	1.823,87	1.338,87	1.656,58	790,00	2.446,58	395,00	2.051,58	34,14%	53,23%	
A	V	1.807,87	1.332,87	1.632,10	775,00	2.407,10	387,50	2.019,60	33,15%	51,52%	
	IV	1.807,87	1.332,87	1.615,94	764,00	2.379,94	382,00	1.997,94	31,64%	49,90%	
	III	1.807,87	1.332,87	1.599,94	753,00	2.352,94	376,50	1.976,44	30,15%	48,28%	
	II	1.807,87	1.332,87	1.584,10	742,00	2.326,10	371,00	1.955,10	28,67%	46,68%	
	I	1.807,87	1.332,87	1.568,42	731,00	2.299,42	365,50	1.933,92	27,19%	45,09%	
Nível Auxiliar											
CL	PAD TOTAL 60 PONTOS	TOTAL 30 PONTOS	VB	GRA FIXA	GRAT 100	TOTAL ATIVO	GRAT 50	TOTAL APOSENTADO	ATIVO	APOSENTADO	
	80%	30%									
S	III	1.487,87	1.212,87	1.159,56	713,27	192,00	2.064,83	96,00	1.968,83	38,78%	62,33%
	II	1.487,87	1.212,87	1.158,46	649,88	186,00	1.994,34	93,00	1.901,34	34,04%	56,76%
	I	1.487,87	1.212,87	1.157,36	588,75	181,00	1.927,11	90,50	1.836,61	29,52%	51,43%

Em campanha salarial desde fevereiro, só agora Executivo começou a discutir a pauta da categoria

Em maio, a Condsef e outras 25 entidades que representam os servidores federais começaram a negociar com o governo a pauta da categoria para 2011. O primeiro encontro foi no dia 4 de maio e a discussão girou em torno dos projetos que tramitam no Congresso e são prejudiciais à categoria. O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, se comprometeu em assinar um protocolo assumindo compromisso de se opor ao Projeto de Lei (PL) 248/98, que prevê demissão por insuficiência de desempenho no serviço público.

No dia 17 de maio foi realizada a segunda reunião. Dessa vez foi discutida a regulamentação da negociação coletiva no setor público. O Ministério do Planejamento apresentou três minutas de projetos de lei. Uma que trata diretamente da negociação coletiva, outra do direito de greve e a terceira sobre liberdade sindical. Segundo o diretor da Condsef, Pedro Armengol, que participou da reunião, as propostas do governo são baseadas nas negociações travadas com os servidores desde 2007.

As minutas dos projetos de lei serão analisadas pelas entidades dos servidores e a ideia é apresentar uma contraproposta ao governo. Quando essa réplica estiver pronta, o governo será chamado para nova reunião.

PAUTAS SETORIAIS

As negociações com o governo estão divididas em duas frentes. Uma para tratar da pauta unificada dos servidores federais e outra para discutir as demandas específicas daqueles setores que fazem parte do memorial de demandas entregue ao Ministério do Planejamento no ano passado.

No dia 18 de maio, a Condsef se reuniu com o governo para tratar dessas demandas específicas. A reunião girou em torno das carreiras transversais, da avaliação de desempenho e das progressões e promoções do DNIT, DNP, FNDE, INEP e dos Hospitais das Forças Armadas.

O Ministério do Planejamento informou que a intenção do governo é equalizar a remuneração dos cinco cargos previstos na Lei 12.277/2010 com todos os de nível superior do PGPE e das carreiras correlatas. Por outro lado, o governo não prevê essa equali-

Carreira da Previdência, Saúde e do Trabalho

REMUNERAÇÃO ATUAL		REMUNERAÇÃO PROPOSTA					% AUMENTO			
Nível Superior		2011								
CL	PAD TOTAL 60 PONTOS	TOTAL 30 PONTOS	VB	GRAT 100	TOTAL ATIVO	GRAT 50	TOTAL APOSENTADO	ATIVO	APOSENTADO	
S	III	2.495,71	2.289,31	3.383,00	2.267,00	5.650,00	1.133,50	4.516,50	126,39%	97,29%
	II	2.378,84	2.172,44	3.290,86	2.223,00	5.513,86	1.111,50	4.402,36	131,79%	102,65%
	I	2.267,43	2.061,03	3.201,23	2.179,00	5.380,23	1.089,50	4.290,73	137,28%	108,18%
C	VI	2.243,87	2.037,47	3.107,99	2.140,00	5.247,99	1.070,00	4.177,99	133,88%	105,06%
	V	2.198,60	1.992,20	3.023,34	2.098,00	5.121,34	1.049,00	4.072,34	132,94%	104,41%
	IV	2.154,87	1.948,47	2.940,99	2.057,00	4.997,99	1.028,50	3.969,49	131,94%	103,72%
	III	2.112,39	1.905,99	2.860,89	2.017,00	4.877,89	1.008,50	3.869,39	130,92%	103,01%
	II	2.071,18	1.864,78	2.782,97	1.977,00	4.759,97	988,50	3.771,47	129,82%	102,25%
	I	2.031,11	1.824,71	2.707,17	1.938,00	4.645,17	969,00	3.676,17	128,70%	101,47%
B	VI	1.992,24	1.785,84	2.628,32	1.891,00	4.519,32	945,50	3.573,82	126,85%	100,12%
	V	1.954,57	1.748,17	2.556,73	1.854,00	4.410,73	927,00	3.483,73	125,66%	99,28%
	IV	1.917,91	1.711,51	2.487,09	1.818,00	4.305,09	909,00	3.396,09	124,47%	98,43%
	III	1.882,34	1.675,94	2.419,35	1.782,00	4.201,35	891,00	3.310,35	123,20%	97,52%
	II	1.847,81	1.641,41	2.353,45	1.747,00	4.100,45	873,50	3.226,95	121,91%	96,60%
	I	1.814,30	1.607,90	2.289,35	1.713,00	4.002,35	856,50	3.145,85	120,60%	95,65%
A	V	1.781,80	1.575,40	2.222,67	1.671,00	3.893,67	835,50	3.058,17	118,52%	94,12%
	IV	1.750,16	1.543,76	2.162,13	1.638,00	3.800,13	819,00	2.981,13	117,13%	93,11%
	III	1.666,67	1.460,27	2.103,24	1.606,00	3.709,24	803,00	2.906,24	122,55%	99,02%
	II	1.666,67	1.460,27	2.045,95	1.575,00	3.620,95	787,50	2.833,45	117,26%	94,04%
	I	1.666,67	1.460,27	1.990,22	1.544,00	3.534,22	772,00	2.762,22	112,05%	89,16%
Nível Intermediário										
CL	PAD TOTAL 60 PONTOS	TOTAL 30 PONTOS	VB	GRAT 100	TOTAL ATIVO	GRAT 50	TOTAL APOSENTADO	ATIVO	APOSENTADO	
	80%	30%								
S	III	1.691,09	1.600,49	1.923,11	983,00	2.906,11	491,50	2.414,61	71,85%	50,87%
	II	1.597,70	1.507,10	1.904,07	968,00	2.872,07	484,00	2.388,07	79,76%	58,45%
	I	1.549,70	1.459,10	1.885,22	954,00	2.839,22	477,00	2.362,22	83,21%	61,90%
C	VI	1.503,76	1.413,16	1.857,36	935,00	2.792,36	467,50	2.324,86	85,69%	64,51%
	V	1.496,22	1.405,62	1.838,97	921,00	2.759,97	460,50	2.299,47	84,46%	63,59%
	IV	1.452,62	1.362,02	1.820,76	907,00	2.727,76	453,50	2.274,26	87,78%	66,98%
	III	1.435,07	1.344,47	1.802,73	894,00	2.696,73	447,00	2.249,73	87,92%	67,33%
	II	1.435,07	1.344,47	1.784,88	881,00	2.665,88	440,50	2.225,38	85,77%	65,52%
	I	1.435,07	1.344,47	1.767,21	868,00	2.635,21	434,00	2.201,21	83,63%	63,72%
B	VI	1.435,07	1.344,47	1.741,09	851,00	2.592,09	425,50	2.166,59	80,62%	61,15%
	V	1.435,07	1.344,47	1.723,85	838,00	2.561,85	419,00			

Projetos contra reestruturação da Funai são votados em Brasília

Comissão da Câmara Federal pede a revogação do Decreto 7056, que reestrutura a Funai

Os servidores da Funai de todo o Brasil venceram uma importante batalha na guerra pela revogação do Decreto 7056/09, que reestruturou o órgão e extinguiu várias administrações regionais do órgão, inclusive a de Pernambuco, no Recife. No dia 11 de maio, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 2.393/10, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que pede a sustação do Decreto 7056. A matéria, foram anexados os PDLs 2.395/10, de Mauro Nazif (PSB-RJ), e 2.603/10, de Maurício Rands (PT-PE), que também tramita do assunto.

O relator dos PDLs, deputado Walney Rocha (PTB-RJ), recomendou a aprovação dos projetos, alegando que o Decreto 7056 foi de encontro ao princípio da equidade entre as federações. Ou seja, estados menores foram beneficiados com uma estrutura maior da Funai. No caso do

Nordeste, por exemplo, a administração regional, antes em Pernambuco, passou a ser feita por Alagoas.

Outra alegação do relator é que o Decreto vai de encontro à Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige consulta prévia aos povos indígenas acerca de alterações na estrutura administrativa dos órgãos responsáveis pelas políticas e programas na área.

Os projetos devem ainda ser analisados na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e na de Constituição e Justiça e de Cidadania. Uma vez aprovados, seguem para votação em plenário.

APOIO INDÍGENA

Associada à luta do Sindsep e dos servidores da Funai, um dos fatores que podem ter contribuído para pressionar os deputados federais foi um manifesto elaborado por mais de 700 índios, durante o VIII Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília, de 2 a 5 de maio. No texto, os índios afirmam que são contra a reestruturação da Funai, que viola os direitos indígenas, alegando que os processos de demarcação estão paralisados e as terras estão desprotegidas.



DESMONTE Com a reestruturação, o órgão no Estado foi esvaziado

Órgão em Pernambuco é uma das vítimas do Decreto

Com a aprovação dos Projetos de Decreto Legislativos 2.393/10, 2.395/10 e 2.603/10, que pedem a sustação do Decreto 7056/09, que reestruturou a Funai, os servidores do órgão, em Pernambuco, estão mais otimistas. “Isso deu uma oxigenação à nossa luta”, pontuou o diretor do Sindsep-PE e servidor da Funai, Paulo Austregésilo.

O diretor conta que a Funai Pernambuco está sem um norte. O local, que antes funcionava como uma Administração Regional, agora é uma Coordenação Técnica Local, a menor estrutura no organograma do órgão, semelhante a um posto indígena.

Sendo uma Coordenação Técnica Local, Pernambuco não tem autonomia administrativa e muito menos verba para manter as atividades básicas. Paulo Austregésilo conta que atualmente funcionam no local os setores de

Pessoal, Financeiro, Patrimônio e Projetos Produtivos. O último, presta apenas um serviço de apoio à Administração Regional, agora em Alagoas.

“Fazemos um esforço tremendo para manter esses setores funcionando sem verba. Não há telefone, internet e materiais básicos de suprimento e higiene”, conta Austregésilo. Hoje, os servidores de Pernambuco fazem “cotinhas” para comprar papel e tinta para a impressora, papel higiênico e água.

Para o coordenador geral do Sindsep-PE e presidente estadual da CUT, Sérgio Goiana, essa situação é inadmissível para Pernambuco. Ele conta que, segundo o último levantamento da Funai, o Estado possui exatos 40.435 índios de 11 etnias. “Essa estrutura que temos aqui é incompatível com as nossas necessidades”, pontua Goiana.

Algumas das propostas

- ▶ Incorporação da gratificação de desempenho no vencimento básico
- ▶ Garantia de capacitação para os servidores que tiverem baixo rendimento na avaliação
- ▶ Os processos administrativos e ou policiais que contraponham o servidor e a administração do órgão federal não poderão influenciar na avaliação de desempenho
- ▶ Aquelas instituições que não tiverem constituído a CAD, não poderão processar a avaliação de desempenho dos servidores
- ▶ Estender a avaliação de desempenho aos DAS
- ▶ Suspensão da avaliação institucional para os servidores cedidos a municípios e estados, bem como aos liberados para mandato classista
- ▶ Para os servidores que estejam impedidos de ser avaliados por motivos de licença garantida, deverá ser assegurada a média geral da sua categoria na avaliação de desempenho
- ▶ Em função de o Decreto gerar pagamentos para os servidores com limite decrescente, a Condsef propõe que sejam remunerados servidores que superem as metas intermediárias do seu órgão
- ▶ Garantia do mesmo percentual da gratificação de desempenho recebido na ativa para os servidores ao se aposentarem
- ▶ Garantir a participação da representação sindical na formação da CAD
- ▶ Os servidores não poderão ser avaliados por terceirizados, mas, preferencialmente, por servidores de carreira

do Planejamento.

Com o intuito de minimizar a polêmica e esclarecer as dúvidas, o Sindsep-PE está preparando quatro seminários em Pernambuco para tratar do assunto. Será um no Recife, um na Zona da Mata, um no Agreste e outro no Sertão. As atividades deverão ocorrer no segundo semestre.

ERRATA

Na edição passada do Garra mensal, erramos ao informar que os servidores da Fundaj não foram contemplados com o Decreto 7133/10. O setor será avaliado de acordo com as normas do Decreto, faltando apenas uma portaria que defina os termos da avaliação.

Aposentados e pensionistas são símbolos de resistência no serviço público

Valorizando essa parcela de seus associados, o Sindsep-PE não hesita em apoiar o Núcleo de Aposentados e Pensionistas da entidade

Vítima de todos os tipos de discriminação por parte do governo, servidores federais aposentados e pensionistas são exemplo de resistência no serviço público. Não fosse a luta incansável do Sindsep-PE, da Condsef e da CUT, somada à garra desse segmento do funcionalismo, o cenário poderia estar ainda pior. E uma das instâncias que muito contribuiu para essa luta é o trabalho desenvolvido pelo Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep.

Criado em 1994, o núcleo é um dos ‘braços’ do sindicato, tendo sido essencial para o sucesso das lutas e conquistas de aposentados e pensionistas. Coordenado por oito pessoas na capital e seis nas subdesdes do interior - Ribeirão, Vitória, Caruaru, Garanhuns, Salgueiro e Petrolina -, o trabalho dos coordenadores do núcleo é intenso e o principal objetivo é aproximar o setor ao sindicato.

“Quando promovemos eventos como palestras, encontros e seminários tentamos mobilizar os aposentados associados através de telefonemas para a casa de cada um. Nas ligações, alertamos para a importância de conhecer as lutas e os eventos do sindicato”, explica a coordenadora geral do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE, Ana Estrela.

Como o telefone é o meio de comunicação mais utilizado para alcançar aposentados e pensionistas, essa prática já se tornou uma constante para Ana Estrela, que faz contato permanente com essa parcela da base. “Como resultado percebemos que a participação e o interesse realmente aumentam. E os que vão ao sindicato para consultar o Jurídico sempre aproveitam e dão uma passada no Núcleo para se atualizar das novidades”, explica.

Além disso, os coordenadores do núcleo também tentam esclarecer as reclamações dos aposentados nessas ligações. “Os avanços e as conquistas do sindicato só virão se houver o reconhecimento e o respaldo dos filiados”, conclui uma das coordenadoras do núcleo, Maria de Lourdes Souto Maior Araujo.

É importante lembrar que nas subdesdes que têm coordenadores, o núcleo funciona da mesma forma, recebendo os aposentados para orientação e o esclarecimento de dúvidas. O momento de maior mobilização dá-se quando da realização de encontros e seminários quando é renovada a coordenação. A participação dos aposentados fortalece as lutas do Sindsep e da Condsef em prol dos próprios.

EVENTOS

Além da mobilização, o núcleo se envolve também na realização de eventos como o Cine-debate, promovido mensalmente pelo Sindsep, ou em palestras e seminários sobre temas gerais. “Para o sucesso de tudo isso temos tido todo apoio da direção do sindicato. Quando queremos promover palestras, encontros, seminários, exibição de filmes, grupo de leitura e até viagens, sempre contamos com a direção”, conta Ana Estrela.

Mas o trabalho do Núcleo não se resume aos limites internos do Sindsep ou do funcionalismo federal. A representação de aposentados e pensionistas do setor público federal já se tornou presença garantida em eventos como o Encontro sobre o Direito do Idoso, promovido pela OAB, Primeiro Fórum Nacional da Mulher Idosa, audiências públicas e outros.

A coordenação do núcleo também representa o sindicato no Conselho Estadual do Idoso, no Conselho Municipal do Idoso e no Conselho Municipal de Saúde, além do Conselho do Sesc. “Nossa participação nesses conselhos é muito impor-



CONVOCATÓRIA Ana Estrela e Maria de Lourdes ressaltam a importância da participação dos aposentados nas atividades do Núcleo

tante porque lá se discutem os direitos do idoso e a melhoria da qualidade de vida na cidade, que é outra das nossas bandeiras. No interior também temos representantes nesses conselhos”, explica Maria de Lourdes.

O assessor da coordenação do núcleo, Joaquim Miguel, além do trabalho político em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas, dedica-se à análise de sua documentação, orientando os servidores, quando é o caso, para recorrerem administrativamente, no sentido da correção dos seus proventos.

“Queremos fazer um apelo aos aposentados que venham e participem mais do sindicato, o que estimula o nosso trabalho e, além disso, é uma maneira de se distrair e reencontrar os colegas. Em geral, tudo o que acontece na cidade em relação ao idoso, não só no nosso sindicato como em outros, os coordenadores participam”, conclui Ana Estrela.

brasil, brasis

Mais empregos em Pernambuco

Pernambuco teve 136,6 mil novos postos de trabalho gerados em 2010. Em média, surgiram 11,5 mil vagas por mês em todo o Estado, o que corresponde a um crescimento de 9,76% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2009. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgada ontem pelo Ministério do Trabalho. A pesquisa – que analisa a geração de empregos formais em 22 ramos da economia brasileira – relevou também que os setores com o melhor desempenho na geração de empregos foram serviços, construção civil e comércio.



Crescimento da massa salarial

Dados do Ministério do Trabalho mostram que a massa salarial continuou engordando, a despeito da taxa de ocupação muito baixa, na casa de 6%. Mais do que empregos formais, o que os especialistas apontam como maior fator de pressão sobre os preços é mesmo o aumento médio dos salários, combustível para o consumo que o governo quer conter. O IBGE informou que, só em março, o rendimento médio real do trabalhador subiu 3,8% na comparação anual, atingindo R\$ 1.557, maior valor para março desde 2002.

A massa de rendimento médio dos ocupados cresceu 6,9%. Êxodo migratório já é característica da Grande SP. Tradicional centro de atração de migrantes, a região metropolitana de São Paulo registrou um êxodo migratório na primeira década deste século. De 2000 a 2010, o número de pessoas que saíram da Grande São Paulo é maior do que o das que chegaram.

Nesse período, deixaram a região 303 mil pessoas a mais do que o total das que se estabeleceram, segundo pesquisa divulgada na última terça-feira (19), pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). A pesquisa SP Demográfico cruza taxas de natalidade e mortalidade com os primeiros dados do Censo 2010, já disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir desses números, já é possível saber se a população de alguns locais do país cresceu e se esse crescimento foi causado pelo nascimento de crianças ou pela chegada de migrantes.


GOLDEN BOYS

Banda, que tem 53 anos de carreira, agradou os jovens e os mais velhos

Nem a chuva atrapalhou a festa de 22 anos do Sindsep-PE

O evento também homenageou o Dia do Trabalhador e a passagem do Dia das Mães

Romantismo, alegria e conhecimento. Esses foram os elementos principais do roteiro da festa em comemoração aos 22 anos do Sindsep-PE, realizada no dia 6 de maio, no Clube Líbano Brasileiro, no Pina. O evento também homenageou o Dia do Trabalhador e a passagem do Dia das Mães. Logo na entrada, a direção do sindicato presenteou as mulheres com uma rosa. Todas foram saudadas, as que já são mães e as que serão um dia ou não, mas que nasceram com o dom da maternidade.

Mesmo sob as fortes chuvas que caíam no Estado, a festa de aniversário do Sindsep foi prestigiada por muitos servidores da capital e de várias regiões. Marileide Constantino da Silva Ramos, aposentada do Ministério do Planejamento, disse que sempre participa dos eventos do sindicato e lembra-se da importância da entidade para a vida dos servidores federais em Pernambuco. “Antes do

sindicato não tínhamos um rumo”, diz.

Quem gostou também foi a servidora do Ministério da Agricultura, Maria Augusta. “Esses eventos do Sindsep são bons para comemarmos com a família e com os colegas de trabalho”, pontua. Além da presença maciça da base, o evento foi prestigiado pelo vereador do Recife, Jurandir Liberal, e pelos companheiros do movimento sindical que representaram os sindicatos dos Urbanitários, dos Bancários, dos Químicos e dos trabalhadores em indústrias de bebidas, além do Sindsprev, Sindserp, Condsef e CUT.

HISTÓRIA

Para começar o evento, foi exibido um vídeo sobre a história do sindicato, produzido pelos jornalistas Hamilton Rocha e Ilana Ventura. “No momento em que o Sindsep-PE, reconhecido nacionalmente pela sua força, completa 22 anos, resolvemos apresentar esse vídeo para dividir essa história de luta, com a nossa base e com os nossos companheiros do movimento sindical”, frisou o diretor de Imprensa do sindicato, Fernando Lima.

Após o vídeo, foi a vez de subir ao palco

Serginho e Banda Simbora, que animaram a platéia cantando músicas para todos os gostos. Foram da Jovem Guarda de Roberto Carlos até o forró pé-de-serra genuinamente nordestino. Terminada essa segunda parte da festa, o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, e a secretária geral, Graça Oliveira, subiram ao palco para saudar os participantes, acompanhados do diretor da Condsef, José Carlos de Oliveira, e de representantes da CUT nacional e estadual.

“O sindicato vai continuar lutando pelo serviço público, em defesa dos servidores públicos federais e, acima de tudo, por uma sociedade mais justa, onde todos tenham a mesma oportunidade”, falou Sérgio Goiana.

Para fechar a noite, a atração principal da festa: os Golden Boys. Foi só alegria. A primeira música a tocar foi “Alguém na Multidão”, um dos maiores sucessos do grupo musical, que tem 53 anos de carreira. Aí foi um sucesso atrás do outro, o melhor da Jovem Guarda, que agradou tanto os mais velhos quanto os mais novos. O salão foi tomado pelos servidores e demais pessoas presentes.

gira mundo

Servidores públicos se rebelam nos Estados Unidos

O estado de Wisconsin vive um levante sem precedentes contra a tentativa do governador republicano, Scott Walker, em agravar o arrocho salarial sobre os servidores públicos, até o extremo de cassar o direito à negociação coletiva em vigor há 50 anos. Wisconsin tem 200 mil servidores públicos estaduais e municipais. Segundo Walker, conhecido por suas ligações com os bilionários e arquirreacionários irmãos Koch, tal assalto seria inadiável para deter o déficit nas contas públicas. Mas o tiro saiu pela culatra. A manobra desencadeou a maior

mobilização popular da história da capital, Madison. Os protestos, que começaram no dia 14 de abril, continuam até hoje, e, inclusive, desencadearam mobilizações em outros estados, como Ohio, Indiana e Idaho. Sucessivas manifestações reuniram milhares de pessoas. No sábado 20 de abril, 80 a 100 mil pessoas cercaram o capitólio estadual. Os servidores públicos receberam a solidariedade dos estudantes, secundaristas e universitários, e também de metalúrgicos e outras categorias de trabalhadores do setor privado.

Conselho Mundial da Paz premia Fidel Castro

O Conselho Mundial da Paz (CMP) concedeu, em abril, a Oliveira da Paz ao líder da Revolução cubana, Fidel Castro, por ser exemplo de constante luta pela convivência pacífica entre as nações. O presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, Ricardo Alarcón, recebeu o reconhecimento outorgado a Fidel durante a reunião do Comitê Executivo do CMP, que contou com a participação de representantes de 40 países.